

Coordenador Nacional para a Formação no âmbito da Agência Europeia Frontex

Foi Representante Nacional em diversos outros Grupos de Trabalho da União Europeia, nomeadamente Grupo de Alto Nível Asilo e Migração (GANAM), Comité Estratégico Imigração, Fronteiras e Asilo (CEIFA), Comité Imigração e Asilo (CIA) e Grupo Integração

Orador regular em eventos dedicados às temáticas migratórias

Intervenção nos processos de transposição para a ordem jurídica interna e respetiva avaliação da Comissão Europeia de Diretivas na área da imigração, bem como na avaliação Schengen a Portugal.

209536239

Despacho n.º 5999/2016

De acordo com o artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de novembro, que aprovou a Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o cargo de Diretor Central é provido por despacho do Membro do Governo responsável pela área da Administração Interna sob proposta do Diretor Nacional.

O cargo de Diretor Central da Imigração e Documentação do SEF encontra-se vago, pelo que atendendo à necessidade de garantir o normal funcionamento do Serviço torna-se necessário proceder à nomeação do respetivo titular.

Assim, de acordo com a proposta formulada pela Diretora Nacional do SEF, e ao abrigo do disposto no artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de novembro, designo em comissão de serviço por um período de três anos, renovável por iguais períodos, no cargo de Diretor Central de Imigração e Documentação do SEF, cargo de direção intermédia do 1.º grau, a licenciada Maria Helena Tomé Vicente de Bastos Martins, a qual preenche os requisitos legais e é detentora da aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo.

Nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, a designada poderá optar pela remuneração de origem.

O presente despacho produz efeitos a 1 de abril de 2016.

21 de abril de 2016. — A Ministra da Administração Interna, *Maria Constança Dias Urbano de Sousa*.

Síntese curricular

Maria Helena Tomé Vicente de Bastos Martins

Inspetora Coordenadora Superior da Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF

Experiência Profissional

Chefe da Unidade de Indicações Pessoas e Documentos da Direção Central de Imigração e Documentação desde 2013;

Oficial de Ligação de Imigração em Angola;

Chefe do Departamento de Nacionalidade do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;

Coordenadora da área de projetos e da apresentação de candidaturas aos Fundos Comunitários;

Assessora do diretor nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;

Oficial de Ligação do Ministério da Administração Interna em acumulação com as funções de oficial de ligação de imigração;

Coordenadora do Gabinete de Relações Internacionais e Cooperação do SEF;

Assessora do Coordenador Nacional para os Assuntos da Livre Circulação de Pessoas no Espaço Europeu;

Adjunta do inspetor responsável do Aeroporto de Lisboa;

Desempenhou funções no Núcleo de Fronteiras e integrou, em representação do SEF, os trabalhos de vários grupos de trabalho, designadamente Grupo AD-HOC Imigração, CEIFA, GANAM, Fronteiras, Grupo de Budapeste, Grupo de Países do Mediterrâneo Ocidental, ICMPD e outros grupos de trabalho no seio da CPLP e do Conselho da Europa;

Integrou por despacho ministerial o Grupo de trabalho sobre Cidadania e Circulação de Pessoas no Espaço da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Foi presidente do Júri do Concurso Externo de Ingresso para efeitos de Admissão à CIF/SEF e integrou o Júri do Concurso Interno de Ingresso para admissão de pessoal à CIF.

É licenciada em História. Tem o Curso de especialização em cooperação para o desenvolvimento. É auditora nacional do Curso do Instituto de Defesa Nacional 2014/2015.

209536125

Despacho n.º 6000/2016

De acordo com o artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de

novembro, que aprovou a Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o cargo de Diretor Regional é provido por despacho do Membro do Governo responsável pela área da Administração Interna sob proposta do Diretor Nacional.

O cargo de Diretor Regional do Centro do SEF encontra-se vago, pelo que atendendo à necessidade de garantir o normal funcionamento do Serviço torna-se necessário proceder à nomeação do respetivo titular.

Assim, de acordo com a proposta formulada pela Diretora Nacional do SEF, e ao abrigo do disposto no artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de novembro, designo em comissão de serviço por um período de três anos, renovável por iguais períodos, no cargo de Diretor Regional do Centro, cargo de direção intermédia do 1.º grau, o licenciado César José de Jesus Inácio, o qual preenche os requisitos legais e é detentor da aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo.

Nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, o designado poderá optar pela remuneração de origem.

O presente despacho produz efeitos a 1 de março de 2016.

21 de abril de 2016. — A Ministra da Administração Interna, *Maria Constança Dias Urbano de Sousa*.

Síntese curricular

Inspetor Coordenador Superior César José Inácio

É licenciado em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa;

Ingressou em 1990, com a categoria de Inspetor, na Carreira de Investigação e Fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;

Foi destacado em 1992, por ocasião da primeira Presidência portuguesa da Comunidade Europeia, para o Gabinete de Assuntos Europeus do Ministério da Administração Interna, onde desempenhou as funções de Adjunto do Diretor daquele Gabinete, participando ativamente nos trabalhos do Grupo TREVI (grupo embrião da cooperação policial na União Europeia e do Acordo de Schengen);

Em 1993 foi nomeado responsável do Sector de Registo e Difusão de Informação, departamento da Divisão de Investigação do SEF;

Em fevereiro de 1996 passou a desempenhar as funções de Inspetor Responsável do Posto de Fronteira do Aeroporto de Lisboa, principal fronteira externa portuguesa;

Em 2001 foi nomeado para o cargo de Subdiretor Regional na Direção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo, assumindo aí a coordenação das áreas operacionais ao nível da fiscalização, afastamentos contraordenações e do Posto Misto de Fronteira do Caia; Em junho de 2004 foi nomeado Diretor Regional da Madeira;

Entre setembro de 2007 e outubro de 2008 assessorou o Diretor Nacional;

Em outubro de 2008 foi nomeado Subdiretor Regional do Centro, tendo exercido essas funções até maio de 2009;

Entre maio de 2009 e dezembro de 2010 exerceu as funções de Oficial de Ligação de Imigração em São Tomé e Príncipe, no âmbito do Projeto STILO da União Europeia que abrangia ainda a Guiné Equatorial, o Gabão e a República do Congo;

Entre janeiro de 2011 e novembro de 2012 exerceu funções no Gabinete de Inspeção do SEF;

Em dezembro de 2012 passou a exercer as funções de Diretor Regional do Centro;

Durante o seu percurso profissional representou Portugal e o SEF em inúmeros grupos de trabalho e seminários, a nível nacional e internacional, de que se podem destacar:

O Gabinete Distrital de Segurança Interna (Lisboa);

A IATA (Control Authority Working Group);

O Centro de Fronteiras Terrestres da União Europeia;

No âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, durante o primeiro semestre de 2000, presidiu ao Grupo de Trabalho “Fronteiras”;

Avaliação Schengen (Fronteiras/Cooperação Policial)

Várias reuniões da OIM sobre a temática da Imigração versus Desenvolvimento;

Fez parte da delegação nacional em representação do Ministério da Administração Interna na 106.ª Sessão do Comité dos Direitos Humanos da ONU (2012) É Auditor de Defesa Nacional (CDN 2008)

209536141